



CÂMARA MUNICIPAL DE PITANGA

Rua Visconde de Guarapuava, 311 - Fone/Fax (42) 3646-3443 - Cx. Postal 106
Centro Administrativo 28 de Janeiro - CEP 85.200-000 - Pitanga - Paraná
www.pitanga.pr.leg.br camara@pitanga.pr.leg.br

Sessão Ordinária nº 33/2025

Ata da trigésima segunda Sessão Plenária Ordinária. Primeira Sessão Legislativa. Segundo Período Legislativo - Biênio 2025/2026. O vigésimo primeiro dia do mês de Outubro, do ano de dois mil e vinte e cinco, às dezenove horas sob a presidência do vereador Amadeus Penga, secretariado pelo vereador Marcelo Eduardo Correia, reuniu-se a Câmara de Vereadores de Pitanga, com a presença dos vereadores: Amadeus Penga, João Edival Aramoni, Irineu Domingues, Agnaldo Vujanski de Jesus, José Jurandir Miranda, Marcelo Eduardo Correia, Juninho Schaff, Mauro dos Santos, José da Luz Fachin, Antônio Adir de Lara ausentes as vereadoras Lucimar Camilo da Rosa e Marlene Soares Munhoz, e o vereador Robson Ricardo Gutebil Schoptian. Havendo número legal, o Presidente declarou aberta a sessão plenária ordinária e solicitou a leitura do texto reflexivo. Colocou em votação a Ata da Reunião Ordinária anterior, a qual foi aprovada por unanimidade. Solicitou ao secretário a leitura do expediente. **Matéria do Legislativo:** Protocolo: 1209 / 2025 - Ofício nº 505/2025 - GAB Dirceu Moraes - Prefeito Municipal: Resposta ao pedido de informação nº 09/2025 - do vereador Rubens Schaff Junior. Referente a os atendimentos individuais do profissional médico Dr. Amadeu Ferrari, tendo por referência os meses de junho, julho e agosto 2025. Leitura: PROJETO DE LEI ORDINÁRIA (E) Nº 0045/2025 - Poder Executivo: Altera a Lei nº 2.087, de 11 de outubro de 2017, para incluir as cores marrons e verdes entre as cores oficiais do Município de Pitanga e dá outras providências. Leitura: Indicação nº 228/2025 - Juninho Schaff: Sugerindo ao Executivo Municipal a pavimentação asfáltica e melhorias no sistema de drenagem na Rua Raimundo Pires Filho, no bairro Santa Regina. Leitura: Indicação nº 229/2025 - Marcelo Eduardo Correia: Sugerindo ao Executivo Municipal: Melhorias no Parque São Basílio com pavimentação asfáltica e calçadas. Leitura: Indicação nº 230/2025 - Marcelo Eduardo Correia: Sugerindo ao Executivo Municipal a pavimentação asfáltica e melhorias no sistema de drenagem na Rua Venâncio Aires. Leitura: Indicação nº 231/2025 - Marcelo Eduardo Correia: Sugerindo ao Executivo Municipal que determine à Secretaria Municipal competente (Secretaria de Obras, Viação ou Esporte, conforme a alçada) que providencie a imediata manutenção e o reparo completo do sistema de iluminação do Campo de Futebol da Santa Regina. Leitura: Indicação nº 232/2025 - Marcelo Eduardo Correia: Sugerindo ao Executivo Municipal por intermédio da Secretaria de Obras, a fim de sugerir a inclusão, no planejamento, da execução de asfaltamento na Rua Arthur Mehl. Esta benfeitoria é crucial para assegurar mais segurança, melhor fluidez para o trânsito e uma melhor qualidade de vida tanto para os moradores quanto para os pedestres. Leitura: Indicação nº 234/2025 - Robson Ricardo Gutebil Schoptian: Sugerindo ao Executivo Municipal a realização de estudos técnicos para a diminuição da largura das calçadas da Rua Henrique Michalak, com vistas à permissão de estacionamento em ambos os lados da via. Leitura: Indicação nº 235/2025 - Robson Ricardo Gutebil Schoptian: Sugerindo ao Executivo Municipal estudo técnico para a realização de pavimentação asfáltica da Rua Protógenes Guimarães. Leitura: Indicação nº 236/2025 - Juninho Schaff: Sugerindo ao Executivo Municipal a urgente lotação de um Médico Clínico Geral e de uma Recepcionista para a Unidade Básica de Saúde do Bairro Maristela - Auto da Colina. Leitura: Indicação nº 237/2025 - Jose da Luz Fachin: Sugerindo ao Executivo Municipal que Reconheça o direito de todos os professores da rede municipal de ensino ao pagamento integral de 100% (cem por cento) do valor das horas extraordinárias trabalhadas. Leitura: Indicação nº 238/2025 - Antonio Adir de Lara: Sugerindo ao Executivo Municipal a inclusão e priorização da Pavimentação Asfáltica da Rua Amadeu Bonasoli e do trecho da Rua Bandeirantes que dá acesso à saída para Manoel Ribas (Trevo). Leitura: Indicação nº 239/2025 - Antonio Adir de Lara: Sugerindo ao Executivo Municipal que realize o serviço de Patrolamento e Cascalhamento na Estrada

Mauro dos Santos

[Assinatura]



CÂMARA MUNICIPAL DE PITANGA

Rua Visconde de Guarapuava, 311 - Fone/Fax (42) 3646-3443 - Cx. Postal 106
Centro Administrativo 28 de Janeiro - CEP 85.200-000 - Pitanga - Paraná
www.pitanga.pr.leg.br camara@pitanga.pr.leg.br

Rural do Rio Vorá. Leitura: Indicação nº 240/2025 - Antonio Adir de Lara: Sugerindo ao Executivo Municipal que realize o serviço de Patrolamento e Cascalhamento na Estrada da Marrequinha, que atende a propriedade dos Petrechen e demais famílias produtoras. Leitura: Indicação nº 241/2025 - Mauro dos Santos: Sugerindo ao Executivo Municipal a criação e implementação de um Programa Municipal de Incentivo à reciclagem com valorização econômica e sustentável, que prevê a concessão de créditos (tickets) aos munícipes pela entrega de materiais recicláveis, para abatimento no Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) ou uso como moeda de troca na Feirinha do Produtor. Leitura: Indicação nº 242/2025 - Juninho Schaff: Sugerindo ao Executivo Municipal a plotagem do brasão oficial do Município de Pitanga em todos os veículos que compõem a frota municipal, como forma de identificação e transparência. Leitura: Indicação nº 243/2025 - Juninho Schaff: Sugerindo ao Executivo Municipal a urgente revitalização da Praça localizada no Bairro Alto da Colina, visando à melhoria da infraestrutura, lazer e segurança dos moradores. Leitura: Indicação nº 244/2025 - Juninho Schaff: Sugerindo ao Executivo Municipal a ampliação da Relação Municipal de Medicamentos Essenciais e o aumento da disponibilidade de fármacos para distribuição gratuita nas Unidades Básicas de Saúde do Município de Pitanga. Leitura: Indicação nº 245/2025 - Juninho Schaff: Sugere ao Poder Executivo Municipal a integral implementação do Programa de Incentivo ao Esporte Amador de Pitanga, instituído pela Lei Municipal nº 2.139, de 18 de maio de 2018, através da regulamentação, garantia orçamentária e publicação de editais. Leitura: Indicação nº 246/2025 - Juninho Schaff: Sugere ao Poder Executivo Municipal a elaboração de um plano de investimentos em infraestrutura turística, incluindo melhorias de acesso, instalação de mirantes e sinalização padronizada. Leitura: Indicação nº 247/2025 - Juninho Schaff: Sugere ao Poder Executivo Municipal a realização de um estudo técnico de viabilidade para a implantação de uma rotatória no cruzamento das Ruas Caetano Munhoz da Rocha com a 10 de Abril, com o objetivo de reduzir o alto índice de acidentes no local. Leitura: Indicação nº 248/2025 - Juninho Schaff: Sugere ao Poder Executivo Municipal estudos para a ampliação do número de fichas e do quadro de profissionais nas unidades de saúde, visando aumentar o atendimento médico e odontológico na Atenção Básica. Leitura: Indicação nº 249/2025 - Juninho Schaff: Sugere ao Poder Executivo Municipal estudos para a implantação de horário estendido de atendimento em Unidades Básicas de Saúde, após as 17 horas, para facilitar o acesso de trabalhadores e estudantes. Leitura: Indicação nº 250/2025 - Juninho Schaff: Sugerindo ao Executivo Municipal a implantação de uma Travessa Elevada (Faixa de Pedestres Elevada) na Rua Projetada B, em seu acesso ao Parque Indústria e na Rua Adilson Tratz, visando garantir a segurança dos pedestres e trabalhadores da região. Leitura: Indicação nº 251/2025 - Marlene Soares Munhoz: Sugerindo ao Executivo Municipal Solicita a criação urgente de bueiro na Linha Cantu, na propriedade do Sr. Vilmar Augusto Mendes de Lima, visando garantir o escoamento pluvial e a segurança viária. Leitura: Indicação nº 252/2025 - Marlene Soares Munhoz: Sugerindo ao Executivo Municipal a realização de serviços de patrolamento e cascalhamento nas estradas rurais das localidades de Borboleta dos Sávio e Borboleta São Roque passando pelas propriedades dos Senhores Romualdo Schmitt e Ricardo, visando garantir a trafegabilidade e o escoamento da produção. Leitura: Indicação nº 253/2025 - Antonio Adir de Lara: Sugerindo ao Executivo Municipal a realização serviços de patrolamento na estrada vicinal da localidade de Borboleta São Roque, no trecho que liga a via principal à propriedade do Senhor Ilgo Aloizio e demais famílias, devido ao intenso tráfego de escoamento da produção leiteira. Leitura: Indicação nº 254/2025 - Jose da Luz Fachin; Jose Jurandir Miranda: Sugerindo ao Executivo Municipal estudo de viabilidade para concessão de terreno Público como estacionamento para caminhoneiros autônomos. Leitura: Indicação nº 255/2025 - Marcelo Eduardo Correia: Sugerindo ao Executivo Municipal a realização de obras de pavimentação asfáltica em toda a extensão da Rua Antônio Vieira, no município de Pitanga. Leitura: Indicação nº 256/2025 - Marcelo Eduardo Correia: Sugerindo ao Executivo Municipal a realização de obras de



CÂMARA MUNICIPAL DE PITANGA

Rua Visconde de Guarapuava, 311 - Fone/Fax (42) 3646-3443 - Cx. Postal 106
Centro Administrativo 28 de Janeiro - CEP 85.200-000 - Pitanga - Paraná
www.pitanga.pr.leg.br camara@pitanga.pr.leg.br

infraestrutura e manutenção viária na Comunidade do Barro Preto, com foco nas proximidades das propriedades de Nelci Lima. Leitura: **Ordem do Dia:** PROJETO DE LEI ORDINÁRIA (E) Nº 0037/2025 - Poder Executivo: Autoriza o Município de Pitanga a celebrar acordos judiciais nos autos dos Processos nº 0001654-78.2023.8.16.0136, nº 0001845-26.2023.8.16.0136 e em outros processos conexos que versem sobre a implantação e o pagamento do adicional por tempo de serviço - quinquênio - e dá outras providências. Discussão/Votação Terceira: PROJETO DE LEI ORDINÁRIA (L) Nº 7/2025 Altera a Lei nº 2.071, de 29 de junho de 2017, que dispõe sobre os cargos, as carreiras e o sistema de remuneração dos servidores da Câmara Municipal de Pitanga. Discussão/Votação Primeira: O presidente deferiu as indicações apresentadas e encaminhou o Projeto de Lei nº 45/2025 à Comissão de Constituição e Justiça. Devido à ausência do presidente e da vice-presidente da referida comissão nesta sessão, solicitou que o vereador Juninho Schaff designasse o relator e fixasse o prazo para apresentação do relatório. O vereador Juninho Schaff designou a vereadora Marlene Soares Munhoz como relatora do Projeto de Lei nº 45/2025, de iniciativa do Executivo, estabelecendo o prazo de seis dias para protocolo do relatório e voto. O senhor Presidente declarou aberto o **Expediente do Plenário:** O vereador Agnaldo Vujanski de Jesus fez uso da tribuna, agradecendo a presença dos servidores públicos, agricultores e imprensa. Iniciou sua fala dizendo que, naquele dia, não gostaria de usar o microfone, por considerar lamentável e triste a situação enfrentada pelos agricultores. Relatou ter vindo de Boa ventura, onde conversou com o produtor de leite Bráulio Antônio Belé, que produz cerca de dois mil litros por dia, e que demonstrou emoção diante das dificuldades enfrentadas pela categoria. O vereador destacou a falta de valorização e de políticas públicas voltadas aos produtores de leite e à agricultura em geral, ressaltando que o agronegócio é fundamental para movimentar o país. Criticou a política nacional de importação de produtos agrícolas, afirmando que países desenvolvidos protegem seus produtores, enquanto o Brasil atua na contramão, permitindo a entrada de produtos estrangeiros sem a devida regulamentação. Mencionou que o leite importado em pó tem sido reidratado e vendido no comércio interno com baixa qualidade, sem fiscalização adequada. Disse ainda que o presidente da associação do Rio Grande do Sul já alertava há anos sobre a crise do setor e que, se os políticos não se unirem, os agricultores poderão quebrar, comprometendo a economia nacional. Observou que, infelizmente, quem produz no país acaba sendo rotulado de forma negativa. Informou que há uma movimentação da bancada do governador Ratinho Júnior na Assembleia Legislativa para impedir a reidratação do leite, mencionando também um projeto apresentado em dois mil e vinte e três pela deputada Ana Paula Leão, que busca proibir a prática, mas que enfrenta resistência para ser aprovado no Congresso Nacional. Aparte do vereador Mauro dos Santos: manifestou solidariedade aos produtores de leite, apontando a disparidade entre o preço pago ao produtor e o valor vendido no varejo. Afirmou que o governo estadual tem responsabilidade nessa distorção e relatou que há indícios de conluio entre laticínios da região, já que anualmente um deles acaba encerrando as atividades, deixando prejuízos aos produtores. Disse que o deputado estadual Luiz Cortes vem trabalhando para criar uma lei estadual que proíba a reidratação do leite em pó, e informou que o projeto recebeu uma emenda, retornou à CCJ, mas seria votado ainda naquele dia. O vereador Agnaldo Vujanski de Jesus complementou citando o Projeto de Lei nº 4.309/2023, de autoria da deputada Ana Paula Leão, ressaltando a demora em sua tramitação e criticando a política econômica nacional, que, segundo ele, não protege os agricultores nem os empreendedores. Afirmou que países desenvolvidos subsidiam sua produção e promovem exportações, enquanto o Brasil permite ampla importação de produtos estrangeiros, sem política de proteção ao mercado interno. Aparte do vereador Marcelo Eduardo Correia: informou que estava sendo realizada, naquele dia, audiência pública em Curitiba sobre a crise do leite, com a participação dos vereadores Lucimar, Marlene e Robson, representando a Câmara Municipal. Relatou ainda a situação precária das estradas rurais do município, mencionando que esteve

Maurício C. Vujanski



CÂMARA MUNICIPAL DE PITANGA

Rua Visconde de Guarapuava, 311 - Fone/Fax (42) 3646-3443 - Cx. Postal 106
Centro Administrativo 28 de Janeiro - CEP 85.200-000 - Pitanga - Paraná
www.pitanga.pr.leg.br camara@pitanga.pr.leg.br

em visitas às comunidades do Rio Batista, Barro Preto e Bom Retiro, e destacou a necessidade de mais maquinário e investimentos para melhorar as vias do interior. O vereador Agnaldo Vujanski de Jesus concordou, afirmando que o problema é um conjunto de fatores, mas que o ponto central é a falta de uma política de proteção ao agricultor. Citou estudo do Rio Grande do Sul, segundo o qual o consumo médio de leite no Brasil é de cento e sessenta litros por pessoa, inferior à média mundial de duzentos litros, o que demonstra a falta de incentivo ao consumo e à valorização do produto. Criticou ainda as altas taxas de juros e a falta de políticas fiscais adequadas, observando que o agricultor e o empreendedor não conseguem crescer em um ambiente econômico com juros elevados. O vereador Mauro dos Santos informou que havia recebido a notícia da aprovação do Projeto de Lei nº 888/2023, com quarenta e um votos favoráveis e nenhum contrário, que proíbe a reconstituição do leite em pó no Estado do Paraná. O vereador Agnaldo Vujanski de Jesus questionou se a aprovação havia ocorrido na Comissão ou em Plenário, ao que o vereador Mauro respondeu que a votação foi em Plenário. Em seguida, o vereador Agnaldo destacou que a aprovação estadual é positiva, mas que é necessária uma política federal sobre o tema, pois a legislação nacional prevalece sobre a estadual. Defendeu que é preciso avançar em políticas de valorização do agricultor e criticou a ausência de iniciativas municipais nesse sentido, mencionando a extinção do Fundo Municipal da Agricultura, criado ainda no governo Zampier, que auxiliava produtores com insumos como calcário para correção de solo. Finalizou afirmando que os vereadores precisam pressionar os deputados estaduais e federais para que se posicionem a favor do setor produtivo, destacando a importância de observar o comportamento parlamentar nas votações, especialmente em período pré-eleitoral. Concluiu dizendo que o Brasil precisa de políticas de proteção e incentivo ao trabalho e à produção, e não apenas de programas assistenciais, defendendo que o cidadão quer dignidade e oportunidades, não dependência. Por fim, lembrou que a sessão contaria ainda com a terceira votação do projeto do quinquênio dos servidores públicos municipal, destacando que o posicionamento dos vereadores quanto à aprovação já havia sido amplamente discutido na sessão anterior. Usou da palavra o vereador Antônio Adir de Lara, que iniciou cumprimentando o ex-vereador Carijó, seu companheiro de Câmara, ressaltando o trabalho conjunto em defesa dos agricultores, e também o ex-vereador Batatinha, com quem compartilhou diversas lutas. Cumprimentou ainda o vereador Agnaldo Vujanski de Jesus, pela abordagem do tema referente à crise no setor leiteiro, e o vereador Irineu, autor de uma moção de repúdio sobre o mesmo assunto. O vereador registrou agradecimento ao ex-vereador Batatinha, que, há cerca de quinze dias, o informou sobre o projeto de lei que seria debatido em audiência pública na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, realizada na manhã do dia 21 de outubro de 2025. Relatou que acompanhou a audiência do início ao fim, conduzida pelo deputado estadual Luiz Corti, que, segundo suas palavras, conduziram os trabalhos de forma exemplar, ouvindo lideranças da pecuária e da agricultura do interior do estado, além de representantes de associações e federações do setor. Destacou a presença da FITAEP, representada por seu presidente, e da FAEP, representada pelo Dr. Augusto, coordenador do setor leiteiro, bem como de deputados estaduais e federais, e produtores de diversas regiões. Mencionou entre os participantes, cerca de vinte produtores de Pitanga, representado pelo senhor Sérgio Kerniski. Ressaltou também a presença dos vereadores Gutebil, Marlene e Lucimar, representando a Câmara Municipal de Pitanga. Durante a audiência, conforme relatou foram apresentadas as dificuldades enfrentadas pelo setor leiteiro. O vereador recordou que, no ano de 2004, já havia ocorrido uma grave crise semelhante, quando o governo federal autorizou a importação de leite da Argentina e do Uruguai, fato que resultou em grandes prejuízos aos pecuaristas brasileiros. Naquela época, foi realizado um manifesto em frente à Câmara Municipal, que ganhou repercussão nacional. Lamentou que a situação voltasse a se repetir, destacando que o Estado do Paraná é atualmente a terceira maior bacia leiteira do país. Informou que, além da importação, houve aumento na produção, o que con-



CÂMARA MUNICIPAL DE PITANGA

Rua Visconde de Guarapuava, 311 - Fone/Fax (42) 3646-3443 - Cx. Postal 106
Centro Administrativo 28 de Janeiro - CEP 85.200-000 - Pitanga - Paraná
www.pitanga.pr.leg.br camara@pitanga.pr.leg.br

tribuiu para a queda nos preços e para o fechamento de propriedades, com a saída de muitos pequenos produtores, que não suportaram os altos custos de produção e as dificuldades de comercialização e infraestrutura, como as estradas rurais. O vereador destacou ainda que o governo federal não tenha aplicado a devida taxaço sobre os produtos importados, o que prejudica os produtores locais, e reforçou as colocações do vereador Agnaldo, que havia mencionado a questão do leite reidratado que chega ao país, prejudicando ainda mais os produtores brasileiros. Segundo informou, ao final da audiência, o governo do estado, representado pelo presidente da Assembleia Legislativa, deputado Alexandre Curi, comprometeu-se a colocar o projeto em votação. O deputado Luiz Corti apresentou um adendo e, logo em seguida, foi confirmado que o projeto havia sido votado, com o compromisso do governador Ratinho Júnior de não vetá-lo. O secretário Márcio Nunes anunciou a ampliação do programa Leite das Crianças, que atualmente distribui noventa mil litros de leite por dia no Paraná, e que passará a atender crianças de até quatro anos, além de beneficiários de programas sociais estaduais e federais. Dessa forma, o programa poderá atingir a marca de duzentos e cinquenta mil litros diários, ajudando no escoamento da produção e no fortalecimento da cadeia leiteira. O vereador destacou ainda a importância de reduzir os custos de produção, citando que o preço da soja e do farelo continua elevado, o que encarece a ração e compromete o lucro dos produtores. Em aparte, o vereador Agnaldo Vujanski de Jesus observou que muitos agricultores não percebem o impacto das altas taxas de juros, que estão embutidas no preço dos insumos, tornando a produção cada vez mais inviável. O vereador Antônio Adir de Lara complementou ressaltando que o país vive há meses com uma das maiores taxas de juros da história, chegando a quinze por cento, o que atrai especuladores estrangeiros e penaliza a população brasileira. Enfatizou que os altos impostos e juros estão embutidos em todos os produtos de consumo e pediu que o governo federal olhasse com atenção para o setor produtivo e vote o projeto que tramita no Congresso Nacional, com foco especial nos pequenos produtores. Relatou ainda sua experiência de quase quarenta anos de atuação no sindicato rural, período em que presenciou diversas crises no setor, inclusive negociações para pagamento de dívidas em até vinte e cinco anos. Mencionou casos de produtores que perderam propriedades e até cometeram suicídio em razão de dívidas agrícolas. Pediu que o governo estadual programasse as medidas anunciadas e que, no âmbito municipal, o Executivo e o secretário Roberto dêem atenção especial às demandas do setor, especialmente em relação à manutenção das estradas rurais, fundamentais para o transporte diário do leite. O vereador reforçou que a Câmara Municipal está unida nesse propósito, com o empenho dos vereadores Fachin, Juninho, Mauro, Irineu, Aritana, Marcelo, Jurandir e do presidente Penga, todos comprometidos em atender às necessidades da população rural. Concluiu destacando a importância de fortalecer a sucessão familiar no campo, garantindo condições para que os filhos dos produtores permaneçam na atividade, e fez um apelo à população urbana para que incentive o consumo de leite produzido localmente, contribuindo, assim, com os produtores da região. Em aparte, o vereador Agnaldo Vujanski de Jesus reforçou que o consumo deve priorizar o leite fresco, e não o leite de caixinha, de menor qualidade. O vereador Mauro dos Santos fez uso da tribuna, que iniciou cumprimentando o público presente na sessão plenária, destacando a satisfação em ver o plenário lotado, e também estendeu os cumprimentos aos que acompanhavam a reunião pela internet, à imprensa e às rádios locais. Cumprimentou ainda os ex-veredores Batatinha e Carijó, estendendo o cumprimento a todos os demais presentes. Em seguida, o vereador corroborou as palavras dos vereadores Agnaldo e Adir, ressaltando que todos têm responsabilidade pelas condições das estradas do município. Comentou que Pitanga é o 11º maior município do Paraná, com quase cinco mil quilômetros de estradas, e que, historicamente, o orçamento destinado a estradas e pontes sempre foi negligenciado. Recordou que, no ano anterior, os treze vereadores aprovaram por unanimidade o aumento do orçamento da Secretaria do Interior, que passou de seis milhões de reais para quinze milhões de reais, sen-

Mauro C. Cor



CÂMARA MUNICIPAL DE PITANGA

Rua Visconde de Guarapuava, 311 - Fone/Fax (42) 3646-3443 - Cx. Postal 106
Centro Administrativo 28 de Janeiro - CEP 85.200-000 - Pitanga - Paraná
www.pitanga.pr.leg.br camara@pitanga.pr.leg.br

do posteriormente vetado pelo prefeito Maicol, veto este derrubado no dia vinte e sete de janeiro de dois mil e vinte e cinco. Destacou que, com um orçamento dessa proporção, esperava-se uma execução diferente do que vinha sendo feito ao longo dos anos, defendendo a necessidade de montar equipes fixas e buscar novas alternativas para a manutenção das estradas, criticando a prática de deslocar maquinários de uma localidade para outra sem planejamento. O vereador afirmou ter respeito pelo secretário Roberto, mas destacou que nada de diferente foi feito, uma vez que se terceirizaram obras em vez de horas de serviço, o que resultou em maquinários da prefeitura parados enquanto empresas terceirizadas trabalhavam. Informou que o orçamento atual da Secretaria do Interior é de dezesseis milhões, quinhentos e vinte e cinco mil reais, sendo que no exercício anterior foram executados nove milhões de reais e, até o momento, pagos sete milhões, duzentos e noventa e cinco mil reais, restando cerca de dez milhões de reais para investimentos. Comentou que a prefeitura chegou a gastar quatrocentos mil reais em vigas de eucalipto para pontes, sem substituição da base, o que ocasionou prejuízos, como caminhões danificados. Em aparte, o vereador Marcelo Eduardo Correia lembrou que o contrato com a empresa terceirizada Hudema havia vencido, deixando o município sem equipe para construção de pontes e bueiros, relatando inclusive a necessidade de serviço em uma propriedade no Cantu que não pôde ser atendida por falta de contrato vigente. O vereador Mauro dos Santos prosseguiu afirmando que o município possui recursos e previsão orçamentária, sendo preciso evoluir e desenvolver projetos de vigas de concreto armado, reduzindo a dependência de madeira. Disse que é necessário aplicar integralmente o orçamento, colocar as máquinas para trabalhar e criar programas que tragam tecnologia aos produtores. Cobrou também investimentos do governo do estado, relatando que há falta de energia em diversas propriedades rurais e citando o exemplo de um poste caído na localidade de Campina dos Freitas, alertando para o risco de acidentes graves. Agradeceu ao secretário Dionísio, que havia encaminhado máquinas ao bairro Padre Mioto, destacando a satisfação da comunidade com o serviço de patrolamento realizado. Solicitou ainda melhorias na Rua Nova Tebas, que possui grande produção de tomate, mas enfrenta dificuldades no transporte por causa da topografia, sugerindo a necessidade de um trabalho mais completo com rolo e compactação. Referiu-se também à indicação apresentada sobre a implantação de um programa de troca de material reciclado por tickets, explicando que a proposta foi inspirada em modelo existente no município de Pinhão. Contou que a idéia surgiu após visitar o Largo dos Pioneiros, durante a feirinha do produtor, e observar que o espaço estava sendo subutilizado, com banheiros fechados e pouca movimentação. Sugeriu que a prefeitura utilize o local aos sábados, inclusive com apoio da guarda municipal, para campanhas e ações públicas, como o Outubro Rosa, Novembro Azul e o cadastro imobiliário, de forma a fomentar o comércio local e conscientizar a população sobre a importância da reciclagem e da redução de lixo. Comentou ainda sobre o trânsito municipal, relatando o aumento de reclamações devido à falta de sinalização nas vias recém-asfaltadas. Citou acidente ocorrido no cruzamento das ruas Caetano Munhoz da Rocha e Dez de Abril, defendendo a instalação de rotatória, semáforo ou cruzamento elevado. Lembrou que medidas semelhantes só foram tomadas na Rua Portugal após um acidente fatal envolvendo um reciclador, reforçando que é preciso agir antes que novas tragédias ocorram. Por fim, o vereador tratou do projeto de lei nº 37/2025, que autoriza o pagamento do quinquênio atrasado aos servidores públicos municipais. Explicou que os servidores receberão apenas os últimos cinco anos, conforme a legislação trabalhista, já que os períodos anteriores estão prescritos, exceto no caso do INSS. Informou que o valor referente a cinco anos soma aproximadamente quinze milhões de reais, enquanto o período total desde mil novecentos e noventa e seis chegaria a noventa milhões de reais, destacando que, embora o valor pareça alto, o montante perdido é ainda maior. Fez um alerta aos servidores para que acompanhem as ações do sindicato e participem das assembleias, observando que a omissão de pequenos valores ao longo do tempo resulta em grandes perdas futuras. Encerrando sua



CÂMARA MUNICIPAL DE PITANGA

Rua Visconde de Guarapuava, 311 - Fone/Fax (42) 3646-3443 - Cx. Postal 106
Centro Administrativo 28 de Janeiro - CEP.85.200-000 - Pitanga - Paraná
www.pitanga.pr.leg.br camara@pitanga.pr.leg.br

fala, reforçou a importância de os servidores fiscalizarem seus direitos e não apoiarem gestores apenas por afinidade pessoal, mas sim com base no cumprimento das obrigações e garantias legais. Ressaltou que o município paga atualmente cerca de dezoito milhões de reais por ano ao fundo previdenciário, valor resultante de gestões passadas, e destacou a necessidade de aprender com os erros para que o mesmo não volte a ocorrer. Usou da palavra o vereador José da Luz Fachin, que iniciou cumprimentando o senhor presidente, os demais vereadores, vereadoras, o público presente e todos que acompanhavam a sessão pela internet. O vereador fez uma breve lembrança sobre suas indicações, destacando a Indicação nº 237, que solicita o pagamento de 100% das horas extraordinárias aos professores, mencionando que muitos docentes trabalham além da carga horária de vinte horas semanais, e pedindo que o prefeito analise essa questão com mais atenção. Em seguida, citou a Indicação nº 254, de sua autoria juntamente com o vereador Jurandir, que trata da cessão de um terreno para os motoristas autônomos de Pitanga, explicando que há cerca de oitenta caminhões estacionados em postos e vias públicas por falta de um espaço próprio. Relatou que, ao final da gestão passada, o terreno havia sido verificado juntamente com o senhor Moraes e o prefeito Maicol, mas a proposta acabou sendo interrompida. Ressaltou que o pedido foi reativado e reforçou a importância da destinação do local aos motoristas. Em seguida, o vereador pediu licença para ler um breve artigo de sua autoria sobre a crise do setor leiteiro. Mencionou que, entre os anos de dois mil e vinte e um e dois mil e vinte e cinco, os produtores paranaenses enfrentaram um dos períodos mais difíceis da história, com o aumento expressivo dos custos de produção, especialmente durante a pandemia, devido à escassez de insumos e à alta dos preços do milho, da soja e dos combustíveis. Recordou que, em dois mil e vinte e dois, o preço pago ao produtor chegou a dois reais e sessenta centavos por litro, conforme dados do CEPEA, mas que com o aumento das importações, o valor despencou e atualmente não ultrapassa dois reais por litro em algumas regiões do Paraná. O vereador observou que, apesar da queda no valor pago ao produtor, o preço do leite ao consumidor final continua elevado, chegando a oito reais o litro em diversos mercados, evidenciando um desequilíbrio na cadeia produtiva e comercial. Defendeu uma fiscalização mais rigorosa por parte de órgãos como o CADE e o Ministério da Agricultura, a fim de evitar abusos e garantir equilíbrio entre produtores e consumidores. Fachin destacou o trabalho do deputado federal Zeca Dirceu, que tem atuado junto ao Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar em defesa dos produtores de leite do Paraná. Informou que, no dia vinte e dois de outubro de dois mil e vinte e cinco, o deputado participaria de uma reunião com o ministro Paulo Teixeira, acompanhado de produtores, para discutir medidas de fortalecimento do setor. Entre as ações do governo federal, citou o aumento dos recursos do PRONAF, o incentivo à compra de leite nacional pelos programas PAA e PNAE, e a restrição temporária das importações de países do MERCOSUL. Em aparte, o vereador Agnaldo Vujanski de Jesus informou que, em agosto de dois mil e vinte e cinco, o preço médio nacional do leite ficou em quatro reais e vinte e seis centavos, enquanto o produtor recebeu cerca de dois reais e sessenta e dois centavos. Afirmou que, sem uma política fiscal de proteção à produção nacional e sem a taxação das importações, o setor continuará prejudicado. O vereador José da Luz Fachin concordou com o aparte, ressaltando que a Argentina exporta leite ao Brasil sem tarifa alguma, o que agrava a crise e desequilibra o mercado interno. Defendeu que os governos federal, estadual e municipal encontrem alternativas para absorver a produção local. Em novo aparte, o vereador Mauro dos Santos destacou a diferença entre o valor pago ao produtor e o preço do leite no varejo, afirmando que os laticínios pagam cerca de dois reais e vendem aos supermercados por quase seis reais, o que considerou injustificável. Disse ter sido informado de que o preço elevado seria mantido para servir de base no cálculo do programa Leite das Crianças, e afirmou que, se isso for verdadeiro, trata-se de uma situação grave. O vereador José da Luz Fachin reforçou a incoerência dos valores e apresentou sugestões locais para fortalecer o setor leiteiro, como a criação de



CÂMARA MUNICIPAL DE PITANGA

Rua Visconde de Guarapuava, 311 - Fone/Fax (42) 3646-3443 - Cx. Postal 106
Centro Administrativo 28 de Janeiro - CEP 85.200-000 - Pitanga - Paraná
www.pitanga.pr.leg.br camara@pitanga.pr.leg.br

um programa municipal de assistência técnica e melhoramento genético do rebanho em parceria com o IDR-Paraná, campanhas de valorização do leite regional e a busca por linhas de crédito emergenciais junto ao governo federal. Recordou que, com o Programa Municipal do Calcário e a inseminação artificial, houve aumento expressivo da produtividade nas propriedades. Em novo aparte, o vereador Agnaldo Vujanski de Jesus lembrou que há cerca de nove anos Pitanga era a segunda maior bacia leiteira do Paraná, mas que atualmente ocupa apenas a nona posição, em razão da falta de incentivo e apoio ao setor. O vereador José da Luz Fachin prosseguiu relatando sua experiência de vinte anos na comunidade São João da Colina, citando três famílias produtoras de leite, das quais duas abandonaram a atividade por falta de acesso nas estradas, e uma terceira, composta por uma viúva, enfrenta dificuldades para manter a produção. Informou que o secretário Roberto se comprometeu a realizar melhorias no trecho, o que poderá estimular o retorno das famílias à atividade leiteira. Comentou ainda sobre a audiência pública realizada em Curitiba pelo governo do Estado, que contou com ampla participação dos deputados e produtores, sem distinção partidária. Ressaltou que o exemplo deve ser seguido pelos municípios, deixando de lado a polarização política para priorizar os interesses da população. Em novo aparte, o vereador Agnaldo Vujanski de Jesus lamentou que medidas mais firmes contra a importação de leite reidratado só estejam sendo adotadas agora, apesar de o problema existir há muitos anos. O vereador José da Luz Fachin concordou, afirmando que a pressão popular é o que gera resultados, lembrando diversos momentos históricos em que a mobilização social trouxe conquistas. Mencionou o problema da Copel, relatando que a região de São João da Colina ficou uma semana sem energia elétrica, com três dias de apagão total e o restante com apenas meia fase, comprometendo o funcionamento de bombas d'água. Criticou a terceirização dos serviços e a venda da estatal, afirmando que o modelo prioriza o lucro em detrimento da eficiência. Destacou ainda que o Congresso Nacional é formado majoritariamente por empresários cerca de quatrocentos e doze, o que gera desequilíbrio na defesa dos direitos trabalhistas. Citou a reforma trabalhista de dois mil e dezesseis, que, segundo ele, retirou garantias dos empregados. Defendeu que o Congresso tenha representação mais equilibrada, com cinquenta por cento de empresários e cinquenta por cento de trabalhadores, de modo a garantir decisões mais justas. Encerrando, destacou a importância do sindicato dos servidores municipais, pedindo que os funcionários fortaleçam a entidade para garantir uma representação séria e efetiva. Ressaltou que os sindicatos patronais já possuem estrutura consolidada e que é essencial equilibrar essa força. Reafirmou que o povo é o verdadeiro agente de mudança, pois "os políticos têm medo da voz do povo". Em aparte final, o vereador Agnaldo Vujanski de Jesus ponderou que o produtor de leite também é um empresário, e citou o episódio em que o Congresso derrubou o projeto de lei que previa taxaço sobre a energia solar, graças à mobilização dos agricultores e empresários. O vereador José da Luz Fachin concluiu afirmando que, apesar da pressão popular ter evitado a cobrança sobre a energia solar, as tentativas de taxar grandes fortunas e rendas acima de cinco mil reais não prosperaram, pois o Congresso é fortemente influenciado pelos grandes empresários. Finalizou defendendo novamente o fortalecimento do sindicato e a união dos trabalhadores. **Ordem do Dia:** PROJETO DE LEI ORDINÁRIA (E) Nº 0037/2025 - Poder Executivo: Autoriza o Município de Pitanga a celebrar acordos judiciais nos autos dos Processos nº 0001654-78.2023.8.16.0136, nº 0001845-26.2023.8.16.0136 e em outros processos conexos que versem sobre a implantação e o pagamento do adicional por tempo de serviço - quinquênio - e dá outras providências. Discussão/Votação Terceira: Aprovado por todos os vereadores presentes. PROJETO DE LEI ORDINÁRIA (L) Nº 7/2025 Altera a Lei nº 2.071, de 29 de junho de 2017, que dispõe sobre os cargos, as carreiras e o sistema de remuneração dos servidores da Câmara Municipal de Pitanga. Discussão/Votação Primeira: Em discussão. O vereador Marcelo Eduardo Correia declarou que o projeto havia sido objeto de pedido de vista anteriormente e retornava agora para apreciação. Explicou



CÂMARA MUNICIPAL DE PITANGA

Rua Visconde de Guarapuava, 311 - Fone/Fax (42) 3646-3443 - Cx. Postal 106
Centro Administrativo 28 de Janeiro - CEP 85.200-000 - Pitanga - Paraná
www.pitanga.pr.leg.br camara@pitanga.pr.leg.br

que se trata de uma progressão salarial, e não de aumento, destacando que os servidores possuem dezessete níveis na carreira, porém alguns já atingiram o último nível e ainda têm cinco ou seis anos de trabalho até a aposentadoria. Ressaltou que o projeto visa permitir que esses servidores continuem progredindo até o final da carreira. Em seguida, leu a justificativa do projeto, destacando que a proposta busca atualizar e aprimorar o sistema de progressão funcional, promovendo justiça, transparência e valorização dos servidores da Câmara Municipal de Pitanga. Argumentou que a ampliação dos níveis é necessária porque, a partir deste ano, não haveria mais níveis de progressão estabelecidos, o que limitaria o reconhecimento e o desenvolvimento profissional. A medida, segundo o texto, visa motivar, reconhecer o empenho e adequar os critérios de progressão às condições econômicas atuais, contribuindo para um ambiente de trabalho mais eficiente e harmonioso. Finalizou ressaltando que o projeto representa um passo importante na valorização do quadro de servidores e na promoção de uma gestão pública mais justa e eficiente. O vereador Agnaldo Vujanski de Jesus declarou voto favorável ao projeto, mas fez questão de esclarecer que discorda da afirmação de que não se trata de aumento, pois, segundo ele, há sim uma elevação de valores ao se criar novas referências. Disse que o importante é valorizar o servidor público, e defendeu que o Poder Executivo também deve olhar para os servidores municipais, que enfrentam salários baixos e falta de valorização. Ressaltou que o plano de cargos do Executivo está defasado e que os prefeitos não têm se empenhado em atualizá-lo. Defendeu os servidores, afirmando que trabalham com dedicação, muitas vezes sob estresse e com sobrecarga. Solicitou que o prefeito realize um estudo e apresente à Câmara uma explicação clara e transparente sobre as limitações para reajustes. O vereador Marcelo Eduardo Correia respondeu, afirmando que não concordava com a posição do vereador Agnaldo e defendeu que é preciso valorizar primeiro o quadro da própria Câmara, para então buscar melhorias também para o Executivo. Concordou quanto à importância da valorização dos servidores municipais, especialmente os que atuam no interior, operando maquinários, e mencionou a perda de funcionários para empresas privadas, como a Tripoloni, que oferecem salários significativamente maiores. Manifestou apoio à ideia de valorização dos professores e profissionais da saúde, informando que pretende solicitar uma audiência pública para discutir o salário dos professores. O vereador José da Luz Fachin recordou situações de gestões anteriores, nas quais prefeitos concediam gratificações expressivas — de quarenta, cinquenta ou sessenta por cento — sem revisar o salário-base, o que trazia prejuízos futuros na aposentadoria, pois as gratificações não se incorporam à remuneração. Defendeu que é preciso garantir que o servidor receba o valor real no salário-base e não dependa apenas de gratificações temporárias. O vereador Mauro dos Santos observou que a folha de pagamento do município é elevada e desafiadora, mas que uma melhor organização poderia equilibrar as finanças. Citou dados da última prestação de contas, realizada em vinte e seis de setembro, quando o índice de folha atingia quarenta e sete por cento, próximo ao limite de cinquenta por cento. Ressaltou que, no caso da Câmara, o índice é de apenas dois vírgula quarenta e nove por cento, bem abaixo do limite de seis por cento, o que permite a atualização da progressão sem risco fiscal, passando o índice a dois vírgula noventa e três por cento. Defendeu que essa margem demonstra viabilidade para a valorização dos servidores do Legislativo. Criticou ainda gestões anteriores e a atual, afirmando que há “maldade” em algumas decisões administrativas, como o caso da portaria que reduziu para cinquenta por cento o valor das aulas extraordinárias dos professores em relação às aulas normais. Argumentou que isso é injusto e desmotivador, reforçando que a valorização dos servidores é essencial para o bom funcionamento da administração pública, comparando a importância do servidor à de uma equipe essencial em uma empresa. Aprovado por todos os vereadores presentes. O presidente solicitou ao Sr. Secretário que fizesse a declaração verbal da presença dos vereadores, conforme resolução da mesa diretora nº 1/2021. O Secretário Marcelo Eduardo Correia, declarou a ausência das vereadoras Lucimar Camilo da



CÂMARA MUNICIPAL DE PITANGA

Rua Visconde de Guarapuava, 311 - Fone/Fax (42) 3646-3443 - Cx. Postal 106
Centro Administrativo 28 de Janeiro - CEP 85.200-000 - Pitanga - Paraná
www.pitanga.pr.leg.br camara@pitanga.pr.leg.br

Rosa e Marlene Soares Munhoz, e do vereador Robson Ricardo Gutebil Schoptian, em razão da participação dos mesmos em audiência pública realizada na cidade de Curitiba. Registrada a presença dos demais vereadores. O presidente declarou aberto o expediente de **Explicações pessoais**: Fizeram uso da palavra os vereadores Agnaldo Vujanski de Jesus e Antônio Adir de Lara. Nada mais havendo a tratar. O Presidente declarou encerrada a sessão. Eu, Iuri de Oliveira _____ lavrei a presente ata, que vai assinada por mim, pelo presidente e secretário.

Amadeus Penga

Presidente

Marcelo Eduardo Correia

Secretário